propor um ato para se defender daquilo que não o fez ao longo

O deputado Suplicy deve se recordar quando ele perdeu eleição ele se recolheu, foi para o Palácio, depois vai para os Estados Unidos, e fica esperando. Aliás, agora surgiram denúncias de que ele teria transferido recursos para fora do país, esperando se ia ter ou não o golpe, outras informações que têm sido divulgadas das articulações feitas com generais, com tenentes e assim por diante.

Aqui nós não podemos permitir, não podemos permitir que esse tipo de coisa ocorra, e nós não podemos ter manifestação democrática, todas podem ter. O que nós não podemos ter é manifestação para defender um golpe militar ou para se manifestar contra o Estado de Direito.

Nós vimos o que aconteceu no dia 8 de ianeiro em que o bolsonarismo, "não, isso não foi nada, eram malucos que entraram no Palácio." Na realidade, não foi isso que as apurações mostraram; mostraram pessoas qualificadas que utilizaram de rapel, que sabiam que utilizar áqua em quantidade podia combater o gás lacrimogêneo.

Aqui a gente enfrentou o gás de pimenta, e se eu soubesse, quem sabe a gente pudesse ter lavado o plenário de água para que as pessoas não tivessem os problemas que tiveram, mas não foi isso o que a gente viu.

A gente viu lá gente organizada fazendo ações organizadas. E teve financiadores. Aliás, de novo voltam à baila os nomes dos donos da Havana, da Tecnisa, que teriam financiado esse golpe.

Então, é preciso que a gente tenha clareza de todos os problemas que isso pode trazer para o Brasil. Nós precisamos alertar todo mundo. Eu tenho dúvida, se a manifestação é democrática, eu não tenho nenhum problema. Agora, se é uma manifestação para fazer apologia ao golpe, para defender aqueles que estão sendo acusados de organizar, de planejar e de articular um golpe de Estado, nós precisamos rejeitar de forma veemente.

Por isso, deputado Suplicy, eu termino aqui dizendo, nós vamos observar como será o ato, quem participa do ato e de que forma o ato vai se desenvolver.

E vamos pedir, inclusive, para os poderes responsáveis que acompanhem de perto, o Ministério Público, o Tribunal Superior Eleitoral, o Supremo, para que a gente não tenha nenhum problema e para que aqueles que se manifestarem contra as instituições possam responder, a partir daí, as suas manifestações públicas, a partir daquilo que cada um tem a responsabilidade de falar e, depois, de arcar com elas.

Essa manifestação tem que ser observada por todos os poderes para que a gente não tenha de novo o que a gente viu no dia 8 de janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - Continuamos com lista de deputados inscritos. Nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Nobre deputado Cajo Franca. (Pausa.) Nobre deputado Emídio de Souza. (Pausa.) Nobre deputado Eduardo Suplicy, sempre senador, com a palavra por dez minutos. O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR

Sr. Presidente, deputado Conte Lopes, deputado Paulo Fiorilo, nosso líder, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu aqui primeiro vou registrar uma nota pública sobre a Operação Escudo, como que entidades e direitos humanos realizaram, e eu participei, uma missão na Baixada Santista para monitorar ações de Segurança Pública.

Neste domingo, 11 de fevereiro de 2023, entidades e movimentos que atuam na promoção e defesa dos direitos fundamentais, articulados com a ouvidoria das polícias do estado de São Paulo e também do governo federal e mandatos parlamentares comprometidos com a vida e a segurança pública cidadã realizaram atividades nas cidades de Santos e São Vicente, conversando com autoridades, lideranças e moradores.

O objetivo foi coletar informações, promover articulações que resultem em mudanças na política de Segurança Pública, especialmente para melhorar a ação dos agentes policiais em áreas vulneráveis, para garantir o respeito aos direitos fundamentais com a ampliação de mecanismos de aprimoramento, como as câmaras corporais, evitando gestão policial que coloque em risco a vida dos agentes e da comunidade e ações de vingança que ampliam a insegurança.

A comitiva ouviu o Sr. Mário, um nome fictício, pai de jovem baleado à queima-roupa por um policial militar em São Vicente. A partir do relato foi possível acompanhar esse senhor no registro da completação do boletim de ocorrência da delegacia da polícia local, onde ele fez constar o abuso da autoridade do policial, bem como a tentativa do homicídio.

Em seguida, foram realizadas visitas aos morros de São Bento, em Santos, e Jóquei Clube, em São Vicente, onde os moradores relataram a insegurança que viveram nos últimos períodos, que, segundo eles, foi ampliada com a atuação policial de forma violenta.

Consideraram que os policiais atuaram como justiceiros e mataram jovens desarmados. A Comissão busca dialogar com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo sobre novas políticas de Segurança Pública, que considerem tanto a população como a polícia, evitando morte de moradores e dos próprios policiais.

- Assume a Presidência o Sr. Dirceu Dalben.

Infelizmente, no deslocamento para uma das comunidades, comitiva foi abordada por policiais da Rota, todos apontando fuzis, quando um dos policiais alertou para tomar cuidado com eventual troca de tiros, depois de ter questionado para onde iriam e se um dos membros tinha passagem. Foi necessário que o ouvidor das polícias, Cláudio Silva, e a ouvidora nacional dos direitos humanos. Luíza, interviessem para a viatura seguir seu

Dentre as entidades, estão o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. a Comissão Arns, a Human Rights Watch, o Instituto Sou da Paz, a Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio, as Mães de Maio, o Instituto Vladimir Herzog e representantes das seguintes instituições: Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, Comissão de Direitos Humanos da OAB São Paulo; e os mandatos dos deputados que estiveram ali presentes - a Monica Seixas, eu próprio, a deputada Ana Perugini e também os representantes da deputada federal Juliana Cardoso, que participaram da ação. Amanhã eu irei agui registrar um relatório ainda mais completo disto que nós pudemos observar ali nesta visita à Baixada

Houve publicação na "Folha" de um artigo que considero importante, publicado por Celso Campilongo e Vidal Serrano Nunes Júnior - sendo que o primeiro é diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e o segundo, diretor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica - sobre a exclusão, na rua, dos excluídos. Publicado em 15 de fevereiro. e eu o considero muito significativo e estou de acordo com o seu conteúdo.

"A recente tentativa de intimidação do padre Júlio Lancellotti veio sob o manto de Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de São Paulo. Há problemas jurídicos importantes e desdobramentos sociais perigosos na iniciativa.

O fato de vereadores terem retirado assinaturas do requerimento e, provavelmente, de a CPI nem vingar, não subtrai relevância à discussão. O Legislativo goza de poderes de investigação equiparáveis àqueles judiciais.

Instauração, processamento e conclusões de inquérito parlamentar submetem-se ao devido trâmite legal e respeito às garantias. É essa a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Não foi o que se viu, até agora, no caso do intimorato padre.

Não é papel de CPIs constranger os investigados. Apesar de nem terem citado o nome e o fato determinado relacionado ao religioso, entrevistas mostraram que era ele o alvo. CPIs podem investigar particulares, mas, quando o fazem, o respeito à pessoa deve ser redohrado

Além disso, o poder de investigação está circunscrito ao mister da Casa Legislativa que investiga. Nada disso foi observado. A natureza política de uma CPI não pode acobertar comportamentos arbitrários. Por isso, ela comeca a se desfazer

Supostamente, a investigação recairia sobre organizações não governamentais que atuam na Cracolândia. É sabido que muitas dessas entidades têm vínculos com a Igreja Católica. Doutrina e prática das paróquias de São Paulo dirigem atenção aos pobres e às pessoas em situação de rua.

Há que se avaliar em que medida, a pretexto de compreen der a real situação dos dependentes químicos da região central a perseguição ao sacerdote não esbarra em ofensa à liberdade

Antes da pandemia, a situação no centro já era dramática Nos últimos dois anos, apesar dos esforços das autoridades, o estado de coisas se agravou. Poucos se engajam como a igreja e o padre Júlio no combate à violência e ao abandono a que ficaram relegadas essas populações. É paradoxal que aqueles que se alinham aos excluídos sejam vítimas de suas ações. Mereceriam apoio, não hostilidade dos políticos.

Processos de inclusão e exclusão social formam unidade de uma diferença. O ambiente em que realizam suas operações não controla, mas afeta resultados e desdobramentos desses processos.

Em contextos marcados pela desigualdade e desconfiança, como ocorre nas ruas de São Paulo, para onde afluem pessoas com problemas familiares, econômicos e de saúde, a exclusão potencializa efeitos "virais". Não ter teto cria obstáculos à empregabilidade, à higiene pessoal e à convivência social: exclusão viralizada"

Quem, como o padre Júlio Lancellotti, tenta romper círculos de desigualdade e desconfiança, é punido com repugnante exclusão por ousar percorrer a rua dos excluídos! Quando as iniciativas alcançam resultados positivos - "incluem" -, os efeitos não "viralizam" na mesma velocidade da exclusão. Estar incluído na escola ou no mercado de trabalho não significa pelo acúmulo de desigualdades e temor às estruturas sociais coercitivas - ter cidadania reconhecida.

Padre Júlio é perseguido por ver o que outros fingem não ver - ou, pior, nem sequer se dão conta de que não veem. As duas faculdades de direito que dirigimos ofereceram prêmios ao religioso e contribuições de seus alunos à ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental) 976, que trata dos direitos da população em situação de rua, no STF.

Assim, Sr. Presidente, eu guero manifestar, mais uma vez, a minha solidariedade ao padre Júlio Lancellotti.

Muito obrigado. O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Muito obrigado ao orador, deputado Suplicy, sempre senador.

Dando sequência à lista de oradores inscritos, chamo à tribuna o deputado Conte Lopes para, no tempo regimental, usar

o seu direito de fala na tribuna. O SR. CONTE LOPES - PL - Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Sras. Deputadas, volto a esta tribuna até para rebater algumas colocações do líder do PT, Paulo Fiorilo, e o nosso sempre senador, deputado Suplicy. Primeiro, quando o deputado Suplicy, com as demais depu-

tadas, vão à Baixada, têm contato com criminosos, ou parentes de criminosos. Eles dão a versão deles. Se eu ouvir os policiais, nós temos as versões dos policiais. E as vítimas, a mesma coisa. Então é aquilo que nós fala-

mos, vai ter sempre isso. O criminoso, ou parente do criminoso, dizendo que ele nunca fez nada, que ele é inocente, que ele não cometeu crime, e daí para a frente. Ouvi também a colocação do nobre deputado Paulo Fio-

rilo sobre a reunião ministerial. Ora, meu Deus do Céu! Se um golpe é dado numa reunião ministerial, gravada, então eu não consigo entender. Porque eu vejo, nobre deputado Paulo Fiorilo, que é professor de História, que o "iter criminis", o caminho do crime, começa primeiro com a cogitação.

Se eu pensar em matar alguém, se eu pensar em roubar um banco, eu estou cogitando. Até aí, eu posso fazer o que guiser: pensar em matar um presidente, um governador.

Eu me reúno com algumas pessoas, chamam-se atos preparatórios e combino, converso. A ação só vai começar guando você realmente inicia a execução do ato. Então, o que eu vejo por aí, como bacharel em direito...Não sou especialista, é bom colocar agui, não sou estudioso... Temos aí conversas... Nem sei se tem atos preparatórios, se foi criado alguma coisa nesse sentido, se houve alguma ação.

Então, tudo isso aí precisa ser analisado pela Justica: não resta a menor dúvida. Agora, o que eu vejo é muita coisa política, nobre deputado Paulo Fiorilo. "O meu grupo é esse, então esse aqui eu protejo de toda forma. O outro, que é adversário, é outra coisa.

Uma reunião na Paulista: qual é o problema? Vossas Excelências estavam reunidos na Casa de Portugal na semana nassada, apresentando a ex-prefeita, ex-deputada Marta Suplicy como vice do Boulos. Não foi uma reunião? Vocês não estavam reunidos?

Por que Bolsonaro e o grupo dele não podem se reunir na Av. Paulista? Não pode, é lógico, ter pancadaria, agressões, é evidente que não. Mas eu acredito que seja uma reunião, que não tem nada a ver uma coisa com a outra. Não tem crime nenhum, é uma reunião política

O SR. PAULO FIORILO - PT - Deputado, o senhor me concede um aparte?

O SR. CONTE LOPES - PL - Várias vezes eu comentei nesta Casa, mesmo na campanha política, e V. Exa. é testemunha disso, quando se falava: "Ah, porque o Exército, as Forcas Armadas..." Quantas vezes eu falei agui desta tribuna: "Está na hora de pôr o exército nas ruas: o exército de eleitores"

Nobre deputado Paulo Fiorilo, eu falei isso várias vezes. Tem que buscar voto. Não adianta ficar falando que a periferia em São Paulo é toda PT. O grupo nosso mesmo fala: "Não, não adianta, periferia de São Paulo só tem PT."

Como só tem PT? Quando eu me candidatei a vereador com V. Exa., o João Doria foi ganhar a eleição do Haddad no primeiro turno. Cadê todo o PT e todo o PSOL na periferia? Agora, nobre deputado Paulo Fiorilo, se não fizer campanha. como eu pedi para fazer, não resta a menor dúvida de que não dá certo mesmo.

Só para dar um aparte a V. Exa.: o coronel Mello Araújo. quando comandava a Rota - é importante colocar que o militar. ele não é um palestrante - fazem uma pergunta, ele vai lá e

É diferente patrulhar realmente a periferia do que patrulhar Pinheiros ou Ibirapuera. Lógico que é. Não é pela pessoa que mora lá, é pelo estilo de policiamento. Como naquele local em que o policial foi morto.

O policial não conhece, nunca trabalhou ali, e tomou um tiro naquele lugar. Então, a diferença é essa, não é a pessoa que mora. É realmente o local, que é totalmente diferente; entrar em uma comunidade escura, cheia de barracos, é diferente do que perseguir bandido no Morumbi. Então, acredito que tenha sido essa a colocação do coronel Mello Araújo.

Nobre deputado, V. Exa. tem a palavra.

O SR. PAULO FIORILO - PT - COM ASSENTIMENTO DO ORA-DOR - Eu gostaria de dialogar com o senhor, até pelo respeito que tenho. No primeiro diálogo, eu queria entender a comparacão que o senhor fez.

. Não, vamos começar do golpe. Repare: o senhor disse que se estiverem arquitetando um golpe, é preciso que ele se

concretize para que haja o crime. Repare bem: como é possível, depois do golpe, ter a apuração? Porque é assim, deu o golpe, acabou. O Estado de Direito não existe mais, ele foi golpeado. Então, eu fico em dúvida, porque vamos esperar ter o golpe para dizer: "Teve o golpe, agora vamos agir"? Com que força, se o Estado foi tomado de assalto?

E a segunda questão, o senhor já responde. Eu gostei muito da analogia. O senhor quando foi vereador foi da base de governo da prefeita Marta, não foi? Comigo? Ah, acho que

O SR. CONTE LOPES - PL - Do Haddad.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Do Haddad, da Marta, não Mas repare só a analogia: o senhor está comparando um evento chamado na Paulista para se explicar sobre o golpe e a filiação da prefeita Marta ao PT.

Eu queria que o senhor pudesse me ajudar, porque estou com dificuldades. Talvez o carnaval tenha abalado a minha consciência, mas o que tem uma coisa a ver com a outra?

Um encontro democrático para discutir a filiação de uma ssoa a um partido, com um encontro para dizer: "Olha, não estávamos organizando golpe nenhum, hein? Nós estávamos falando de outra coisa"? Me explica, deputado.

O SR. CONTE LOPES - PL - Vossa Excelência sabe muito bem que não é isso, é uma reunião na Paulista. Parece-me que vai o governador, Tarcísio de Freitas, o prefeito de São Paulo.. É uma forca política. Nós temos eleicões este ano. Então, nada melhor do que reunir o nosso grupo político pensando nas eleicões

O SR. PAULO FIORILO - PT - Vai discutir eleições?

O SR. CONTE LOPES - PL - É lógico. É uma reunião.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Agora eu entendi. Não vai falar do golpe?

O SR. CONTE LOPES - PL - É uma reunião política. Ninguém vai lá armado tomar poder nenhum. O que eu falei da reunião é a mesma coisa, quando se comenta dos ministros. Já pensou gravar uma reunião do PT, de V. Exas., e depois falar que aquilo que vocês discutiram, brigaram, xingaram, tal, tal, aquilo tudo é uma verdade?

Não, não é assim. O que tem de concreto? O que eu quero dizer é o seguinte, eu não vi o início de nenhum golpe. Só isso que eu estou colocando. Pode até ter, eu não sei. Se a Federal conseguir.

O que eu vi até agora foi o presidente do meu partido ser preso por porte ilegal de arma, que nem dele era, que foi encontrada na casa dele, e uma pepita de ouro com um homem de 65 anos.

Só isso que eu estou falando. Foi preso, depois foi solto. Vejo homens que foram presos com 50 milhões nas ruas. Outros que cometeram vários crimes nas ruas, até grandes traficantes. Então, o que eu acho, como eu falei para o pobre deputado e senador Suplicy, que está na hora de a gente ver - Polícia, que estamos discutindo - que Polícia que o povo quer.

Nós passamos de 70, da Revolução de 64, da Ditadura de 64. Para uns é Revolução, para outros Ditadura. Eu já desfilei muito, nobre deputado Paulo Fiorilo, pela Revolução e também pela Ditadura.

Cada um fala de uma coisa. Então, aí que está o problema Em 70 criaram a Polícia Militar. É hora de mudar alguma coisa nesse sentido aí? Não está lá o Lula na Presidência da Repúbli ca. do PT? Não tem o Congresso Nacional?

Porque não temos uma Polícia em cada estado, e essa polícia combater o crime com o apoio - como V. Exa. falou - do governo federal? Poso dizer também que quando eu estava na Polícia há muito tempo, a Polícia Federal não tinha nada. Era zero a Polícia Federal. Tanto é que o Romeu Tuma foi colocado como delegado da Polícia Federal. Então, nem isso aí tinha. A Rodoviária Federal a mesma coisa, e hoje são instituições muito

Então, no meu modo de ver, nós temos que criar uma forca para poder combater o crime organizado, senão nós vamos perder. Não adianta ganhar a guerra. Não adianta ir lá 20 dias. Não vai resolver o problema. Se não continuar realmente um combate efetivo ao crime organizado, com inteligência, com trabalho..

As câmeras. O que eu falo é o seguinte: as câmeras, elas foram usadas no início para atrapalhar o policial. Esse é o grande problema. O mundo inteiro usa câmera, mas com qual objetivo? De apoio para o policial.

Aqui nós tivemos algumas ocorrências em qual sentido? A Corregedoria da PM pega as câmeras, manda para "Rede Globo de Televisão", para o "Fantástico, o Show da Vida", e lá eles provam, em um tiroteio que houve, que o policial não agiu em legítima defesa, ele tapou as câmeras e o bandido morreu.

Então, foi criada uma forma diferente e o policial hoie se sente inseguro com a câmera mesmo. Esse é o grande problema. Mas eu devolvo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Só para poder concluir. Duas coisas. Primeiro, o senhor pode ficar tranquilo, porque em reunião do PT ninguém discute golpe. Aliás, as reuniões são abertas, a imprensa participa.

A segunda coisa diz respeito à pauta do ato do Bolsonaro Se for essa que o senhor está falando, "vamos discutir eleição do Nunes", também não pode, porque ainda não estamos na eleicão.

Então, eu acho que tem que tomar muito cuidado, porque o senhor é policial. Se o senhor encontra alquém com droga, ele é traficante ou não? O senhor vai prender para apurar. O cara está preparando um golpe. O senhor prende ou não para apurar?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CONTE LOPES - PL - Então, para concluir, o objetivo é óbvio da convocação do presidente Jair Messias Bolsonaro, é que ele vai falar que ele é um cara que não deve nada, que estão arrumando para cabeça dele.

É só isso, que estão quebrando a ordem jurídica para persegui-lo. Já foram ver se ele tomou vacina ou não, ele e a família. Já foram atrás do filho, É isso que ele está falando, Para que isso? Mudou o governo. Tem que tocar o governo atual para frente.

Hoje, o presidente é o Lula. Para ver a Economia do país, a Segurança do país, cabe tudo ao presidente Lula, isso aí. O Bolsonaro está dizendo o seguinte, que ele não deve nada. Estão pescando em piscina. Querem pegá-lo como se fosse peixe, mas sem piscina, e ele não deve nada. Só essa a colocação dele. Se aprovar alguma coisa contra ele, tudo bem.

Agora, prender uma pessoa honesta é chato também. né? Alguns já foram vítimas dessas prisões. Até Jesus Cristo, coitado, foi preso injustamente, e morto até. Então a gente precisa falar que a Justiça tem que agir legalmente, nobre deputado.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Muito obrigado ao orador.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Com a

avra o líder, deputado Paulo Fiorilo. O SR. PAULO FIORILO - PT - Havendo acordo com os líde

res, solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 46 minutos.

16 DE FEVERFIRO DE 2024 7ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: EDUARDO SUPLICY e CAPITÃO TELHADA

RESUMO PEQUENO EXPEDIENTE

1 - EDUARDO SUPLICY

Assume a Presidência e abre a sessão. 2 - CAPITÃO TELHADA

Assume a Presidência. 3 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento. 4 - EDUARDO SUPLICY

Assume a Presidência. 5 - CAPITÃO TELHADA

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - CAPITÃO TELHADA Assume a Presidência

7 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - EDUARDO SUPLICY

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideran-

9 - PRESIDENTE CAPITÃO TELHADA

Defere o pedido. Defende a atividade policial. Anuncia a presença de Capitão Renato, vereador em Registro. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 19/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Eduardo Suplicy.

Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Tem a palavra no Pequeno Expediente o deputado Lucas Bove. (Pausa.) O deputado Reis. (Pausa.) O deputado Delegado Olim. (Pausa.) O deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) O deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) O deputado Tomé Abduch.

Vou solicitar ao Major Mecca que possa assumir a Presidência, uma vez que sou o próximo orador inscrito no Pequeno Expediente. Agradeço muito. Quem estará presidindo a sessão é o Capitão Telhada, que chegou aqui há momentos.

Obrigado.

- Assume Presidência o Sr. Capitão Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CAPITÃO TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado Eduardo Suplicy. Eu estava até contente, que tinha sido promovido ao posto de major. Mas seguindo, então, a lista de oradores, convidamos para fazer uso da palavra no Pequeno Expediente o excelentíssimo deputado Eduardo Suplicy

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR Caro Sr. Presidente, Capitão Telhada, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, público presente na galeria, funcionários desta Casa, hoje recebi uma nota de solidariedade à Escola de Samba Vai-Vai e a toda a comunidade da Saracura, que seria o pronunciamento da guerida deputada Leci Brandão, que, entretanto, encontra-se em licença médica.

Mas eu gostei tanto desse pronunciamento dela que eu disse a ela que gostaria de ler, porque me parece um depoimento, um testemunho, de grande valor. Eis as palavras da deputada Leci Brandão.

"Em 1995, eu lancei o disco Anios da Guarda. O álbum leva

a faixa É a Lei, É a Lei, um samba de minha autoria e de meu amigo e parceiro Zé Maurício. A letra foi escrita para retratar um pouco da realidade das comunidades à época. Assim, cantamos: 'me dê uma escola, quem sabe melhora essa minha cultura, e um bom hospital, pois eu sei que esse mal

de repente tem cura, e um anjo da guarda que não vista farda

para me proteger. Com medo da situação, eu só faco ração para Ou seja, o medo, inclusive de agentes de estado, sempre

rondou as comunidades. Em 2001, eu tive a oportunidade de gravar o primeiro videoclipe da minha carreira e, não por acaso, o artista que me deu este presente foi o meu afilhado Rappin' Hood, com a parceria Sou Negrão", no álbum "Sujeito Homem"

Este é um momento na minha carreira do qual me orgulho, porque o Samba e o Rap dialogam de várias maneiras, além de serem gêneros que foram criminalizados e combatidos pelo Estado em suas origens. Também compus uma canção chamada "Pro Mano Brown" e tenho dito, há anos, que o gênero musical que mais aborda a verdadeira realidade das periferias hoje no Brasil é o Rap.

Os MC's cantam verdades que a sociedade em geral finge não ver e isso incomoda muito. A nossa história com o Hip Hop começa muito antes de nós chegarmos ao Parlamento Paulista Ao ocupar uma cadeira na Alesp", ressalta Leci Brandão, "fiz questão de legislar em favor do fomento e do respeito a esta manifestação, que só eleva e enriquece a cultura brasileira com tantas formas de expressão diferentes.

Por tudo isso, nós não poderíamos nos calar neste momento em que a Vai-Vai, um território historicamente preto, uma escola de samba tradicionalíssima de São Paulo, está sofrendo ataques antidemocráticos por ter levado para a avenida uma belíssima homenagem aos 50 anos do Movimento Hip Hop.

Com o enredo "Capítulo 4, Versículo 3 — Da rua e do povo, o Hip Hop: Um manifesto paulistano", a escola promoveu uma crítica ao que se entende por cultura na cidade de São Paulo, que exclui e marginaliza manifestações culturais como o hip hop e seus quatro elementos: breaking, graffiti, MC's e DJ's, nas palavras da própria direção da escola. Por meio desta, prestamos a nossa total solidariedade à

comunidade da Saracura, que é gigante na sua história, na ancestralidade preta e nas intervenções artísticas e sociais que ela promove. Também prestamos solidariedade aos artistas que mantêm o movimento Hip Hop vivo e pulsante. Todo o reconhe cimento a vocês é merecido.

Por último, é preciso que as instituições brasileiras, sejam elas quais forem, aprendam a conviver com a democracia. Nenhuma instituição ou agente público está acima da crítica. Aliás, a crítica social é necessária na medida em que ela força as instituições a se autoavaliarem e melhorarem.

Numa democracia, a arte não tem que pedir licença para quem quer que seja. Se assim fosse, estaríamos novamente vivendo em uma ditadura Viva a Democracia Viva a Liberdade de Expressão. Viva a Cultura Popular, tão bem representada pelo Samba, pelo Carnaval e pelo Hip Hop." Deputada Leci Brandão, do PCdoB/SP, da frente parlamentar que aqui na Assembleia Legislativa constitui parte da frente PT/PCdoB.

Então, eu avalio que esse pronunciamento de Leci Brandão é muito relevante. De alguma forma, mostra uma visão discordante daquela que alguns parlamentares, inclusive o Capitão Telhada ontem formulou... Mas aqui nós estamos em uma democracia, respeitamos uns aos outros nesta Assembleia Legislativa.

Inclusive, se chegar a oportunidade de mais uma fala hoje, se houver a oportunidade no Grande Expediente, eu continuarei a falar desse tema e do Racionais, de Mano Brown e tantos com guem eu também tive grande interação, assim como a Leci Brandão